

## Os efeitos da decretação de falência nos contratos internacionais de franquia à luz do princípio da função social da empresa

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

### Autores

Natalia Aparecida Alves

### Orientação

Laís Giovanetti

## Resumo

Este estudo visa tratar do instituto da falência no contrato internacional de franchising e quais seus efeitos, através de seu surgimento e mudanças até o presente momento. O objetivo é mostrar como se aplica a falência no contrato internacional de franquia, e para isso será analisado o surgimento da atividade de Franchising, levando em consideração sua origem e a evolução histórica no exterior e no Brasil. Além disso, o trabalho irá trazer fundamentações doutrinárias e legislativas para o melhor entendimento deste projeto e qual a relação do princípio da função social da empresa sob seu aspecto econômico e social dentro da empresa através falência e de um possível rompimento contratual. Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método da revisão da literatura nacional, bem como da legislação nacional.

**Palavras-chave:** Falência. Contrato. Franquia. Função social da empresa. Internacionalização das franquias.

## Breves considerações sobre a terceirização na administração pública brasileira após recente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal

Para ler o TCC na íntegra, [clique aqui](#)

### Autores

Natália Ramalho de Faria

### Orientação

Laís Giovanetti

## Resumo

Analisa-se no presente artigo a evolução histórica e o conceito de terceirização, buscando conceituá-la a partir dos modelos da revolução industrial até os moldes atuais, principalmente, o desenvolvimento de sua normatização no âmbito jurídico nacional. Pretende-se ainda, estudar a Administração Pública no Brasil e como ela se comporta com as últimas decisões do STF em relação à terceirização. Analisa-se também, as Leis 13.429 e 13.467 de 2017 e as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 324/DF e no Recurso Extraordinário (RE) n. 958.252 que indicam um rol ampliado de terceirização e além de prever a possibilidade de terceirização na Administração Pública. Do ponto de vista metodológico, adotou-se o método da revisão da literatura nacional, bem como da legislação nacional e da análise de decisões proferidas pelos órgãos do Poder Judiciário brasileiro para obtenção das conclusões.

**Palavras-chave:** Terceirização. Administração Pública. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 331. Lei nº 13.429/2017.